

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

II Curso de Iniciação Funcional para Magistrados

Módulo Nacional

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

BRASÍLIA-DF

Abril/2013

COMPOSIÇÃO DA ENFAM

DIREÇÃO

Ministra **ELIANA CALMON** (Diretora-Geral)

Ministra **NANCY ANDRIGHI** (Vice-Diretora)

Juiz **RICARDO CUNHA CHIMENTI** (Juiz Auxiliar)

BENEDITO SICILIANO (Secretário-Executivo)

CONSELHO SUPERIOR

Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Ministro **CASTRO MEIRA**

Ministro **ARNALDO ESTEVES LIMA**

Desembargadora Federal **MARGA INGE BARTH TESSLER**

Juiz **ROQUE FABRÍCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA VIEL**

Juíza Federal **GERMANA DE OLIVEIRA MORAES**

Desembargador **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. APRESENTAÇÃO GERAL DA AÇÃO EDUCACIONAL E DA PESQUISA – AVALIAÇÃO DE REAÇÃO	4
1.1 Informações gerais sobre o evento	4
1.2 Informações gerais sobre a pesquisa – Avaliação de Reação	4
2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA – AVALIAÇÃO DE REAÇÃO	5
2.1 Apurações dos resultados sobre a Avaliação de Reação do Evento	5
2.2 Apurações dos resultados sobre as Apresentações dos Entes Convidados	5
3. INVESTIMENTOS	8
4. CONCLUSÕES	9

INTRODUÇÃO

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM), ao adotar visão humanística e pragmática da Educação, compreende que a sociedade carece de novo perfil de magistrado, qual seja: consciente do papel político e social da atividade judicante.

Nesse sentido, esta Escola realizou, no período de 12 a 22 de março, o **II Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional**, em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.

O objetivo foi promover a ambientação dos novos juízes em relação ao papel da Enfam e ao cenário da atividade judicante e, ainda: i) favorecer o conhecimento do contexto político e institucional dos principais órgãos e instituições vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e ii) compartilhar informações sobre práticas de integração entre Judiciário e instituições públicas e privadas.

A ação educacional foi coordenada Ministra Eliana Calmon (Diretora-Geral); Dr. Ricardo Cunha Chimenti (Juiz Auxiliar) e Dr. Benedito Siciliano (Secretário Executivo). Contou ainda com a colaboração dos Juízes Alexandre David Mafalti e Marcos de Lima Porta, ambos Coordenadores da Escola Paulista da Magistratura.

Os dados que fundamentam este relatório foram obtidos no documento disponível na plataforma da Enfam, intitulado “Relatório da Avaliação de Reação”, por meio do qual os magistrados participantes registraram suas impressões sobre o desenvolvimento do curso, conforme se vê a seguir.

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA AÇÃO EDUCACIONAL

1.1 Informações gerais sobre o evento

Período de realização: 12 a 22 de março de 2013

Carga horária: 32 horas-aula

Data/Horários:

12/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

13/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

14/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

15/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

18/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

19/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

20/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

21/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H30

22/03/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H

Local: ENFAM – Brasília-DF

Público-alvo: Magistrados recém-ingressos na carreira da magistratura do Distrito Federal e dos Territórios

Total de participantes: 19

1.2 A pesquisa – Avaliação de Reação

Abordagem/tipo de pesquisa: quantitativa.

Instrumento de coleta: questionário estatístico com questões estruturadas e fechadas, com opções de avaliar o desenvolvimento dos temas apresentados e o desempenho da equipe responsável pela organização do evento, a partir da atribuição de conceitos (“ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim”).

Forma de entrega e coleta: ambiente virtual – EaD.

Forma de tabulação/tratamento dos dados: tabelas/planilhas do Excel.

Total de participantes: 19.

Total de Respostas: 8 (avaliação do evento) e 7 (avaliação dos temas).

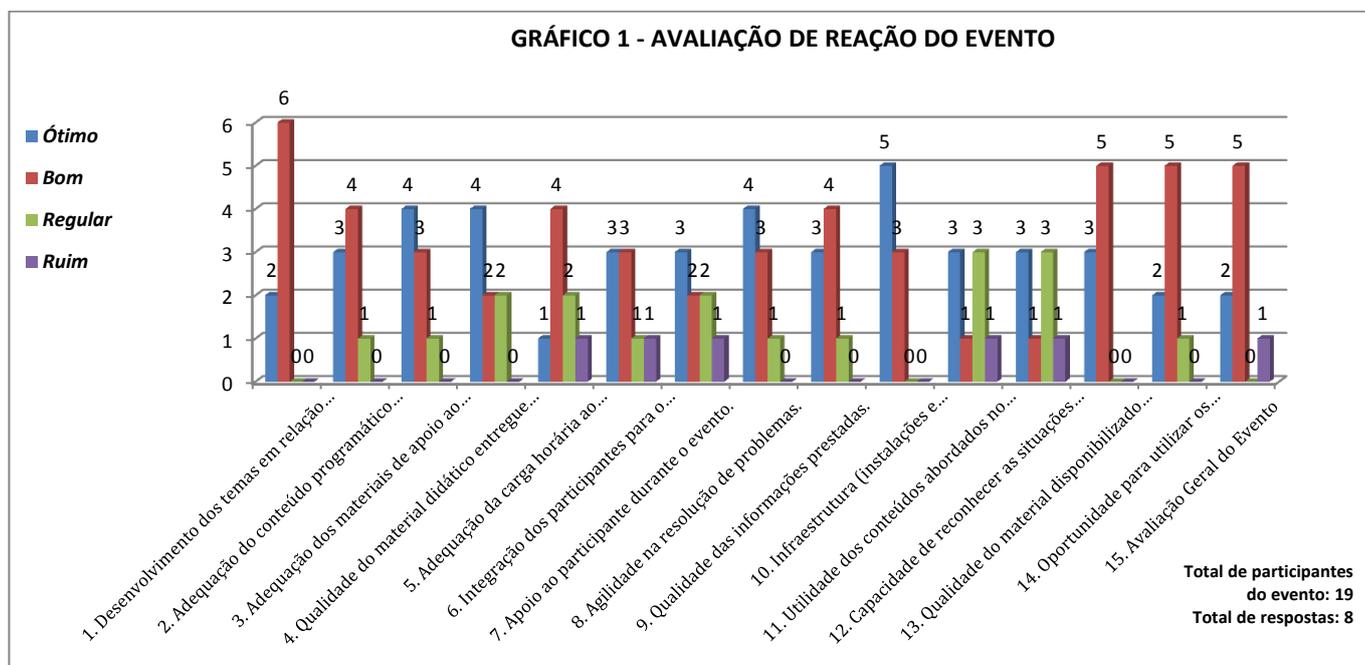
Início e finalização da pesquisa: 22/03 a 17/04/2013.

2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA – AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Ressalte-se que do total de 19 (dezenove) participantes do curso, 08 (oito) magistrados responderam os questionários referentes à avaliação do evento, e 07 (sete) opinaram sobre o desenvolvimento dos temas.

2.1 Apurações dos resultados sobre a Avaliação de Reação do Evento

Considerando que 08 (oito) magistrados responderam os questionários referentes à avaliação do evento, é possível dizer que o desenvolvimento do *II Curso de Iniciação Funcional para Magistrados* foi conceituado com variações entre “Bom” e “Ótimo”, com destaques para o conceito “Bom” em relação aos itens 1 e de 9 a 15, conforme Gráfico 1.



2.2 Apurações dos resultados sobre as Apresentações dos Órgãos Convidados

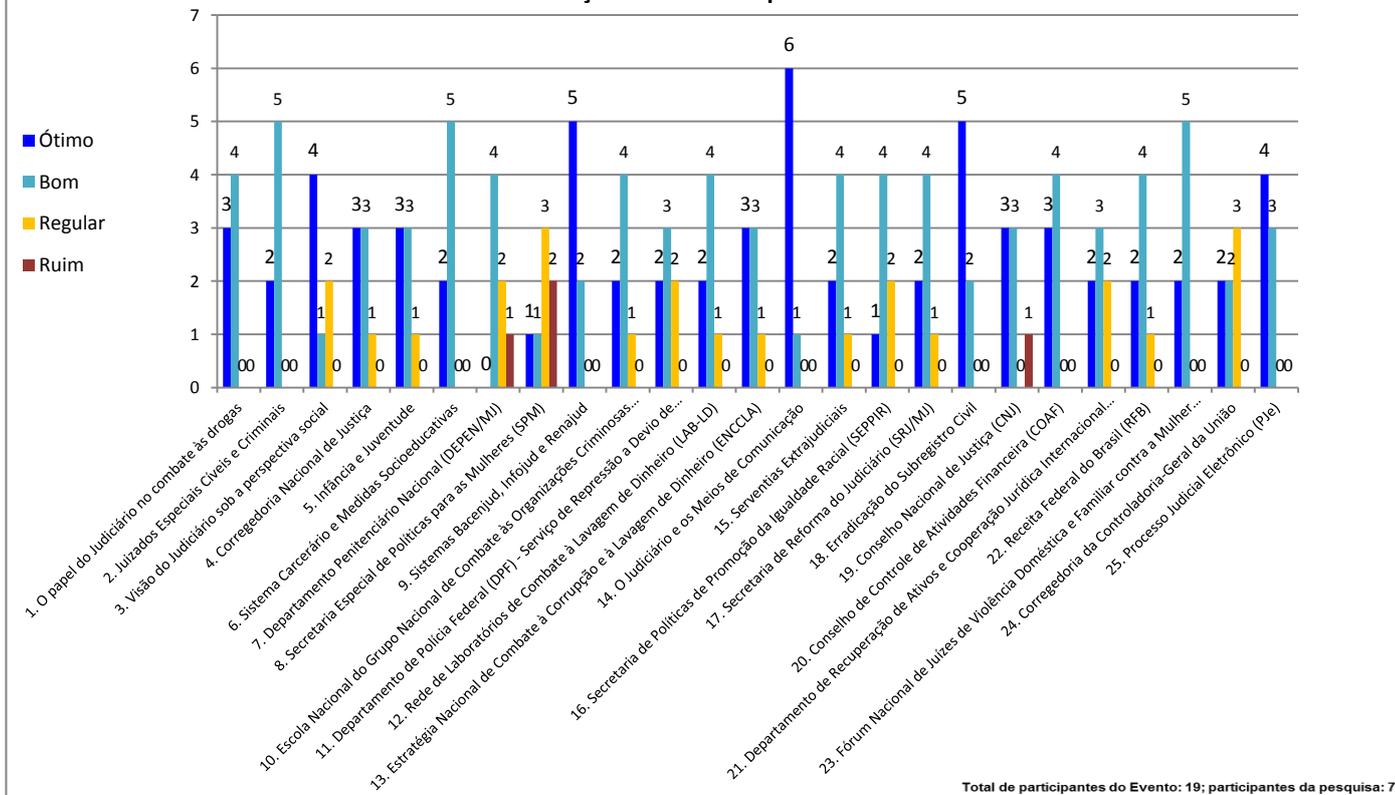
A programação do curso contou com a participação dos seguintes órgãos:

1. **Tribunal de Justiça de São Paulo**
O papel do judiciário no combate às drogas.
2. **Escola Nacional da Magistratura**
Juizado Especial Cível e Criminal
3. **Corregedoria Nacional de Justiça**
Corregedoria Nacional de Justiça
4. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**
Infância e Juventude
5. **DMF/CNJ**
Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas
6. **DEPEN/MJ**
Departamento Penitenciário Nacional

7. **SPM**
Política para as mulheres
8. **Conselho Nacional de Justiça**
Sistemas BacenJud e RenaJud
9. **GNCOC**
Escola Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas
10. **Departamento de Polícia Federal**
Serviço de Repressão a Desvio de Recursos Públicos
11. **DRCI/MJ**
Rede de Laboratórios de combate à Lavagem de Dinheiro
12. **PGR**
Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)
13. **REDE GLOBO/CNJ/ENFAM**
O Judiciário e os meios de comunicação
14. **Tribunal de Justiça de São Paulo**
Serventias Extrajudiciais
15. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
16. **SRJ/MJ**
Secretaria de Reforma do Judiciário
17. **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**
Comissão de Erradicação do Subregistro da Corregedoria-Geral da Justiça do Rio de Janeiro
18. **CNJ**
Conselho Nacional de Justiça
19. **COAF**
Conselho de Controle de Atividades Financeiras
20. **DRCI/MJ**
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
21. **RFB**
Receita Federal do Brasil
22. **FONAVID**
Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
23. **Corregedoria da Controladoria-Geral da União**
Corregedoria da Controladora-Geral da União
24. **Conselho Nacional de Justiça**
25. **Processo Judicial Eletrônico – PJe**

De acordo com a apuração das respostas, infere-se que o desenvolvimento dos temas foi avaliado com conceitos entre “**bom**” e “**ótimo**”, conforme se vê do quadro abaixo:

Gráfico 2 - Avaliação dos Temas Apresentados



Verifica-se que, dos 25 (vinte e cinco) temas avaliados, as apresentações que mais se destacaram, alcançando o conceito “ótimo”, foram: 3; 9; 14; 18 e 25. As que tiveram pontuações em destaque no conceito regular foram as de número 8 e 24.

Foram também recebidas algumas observações/críticas quanto à execução do curso como um todo. São elas:

- “tenho que parabenizar todos.... “
- “só tenho uma crítica e foi com relação ao modo com o 2º representante da Escola da Magistratura de São Paulo - Marcos Porta - tratou os magistrados. Nós deixamos a escola e os cursinhos a muito tempo, não somos mais crianças para ter a atenção chamada dessa maneira. faltou um bom senso nesse aspecto, muito diferente do dr. Malfati e do dr. Chimenti, bem como ao dr. Benedito e as meninas do apoio”.
- “apenas essa observação peculiar e por isso o regular no apoio aos participantes”.
- “obrigado por tudo. grande abraço a todos. Matheus S. Santarelli Zuliani.”
- “Muitos temas apresentados têm pouca aplicabilidade em âmbito de competência estadual. Foi prejudicial ao aproveitamento o fato de não estarmos liberados do trabalho à tarde.”

3. INVESTIMENTOS

O investimento total foi de **R\$ 18.836,44 (dezoito mil, oitocentos e trinta seis reais e quarenta e quatro centavos)**, sendo **R\$ 9.714,96 (nove mil, setecentos e quatorze reais e noventa e seis centavos)** destinados a despesas com diárias de tutores, e **R\$ 9.121,48 (nove mil, cento e vinte e um reais e quarenta e oito centavos)**, com passagens de tutores.

4. CONCLUSÕES

Como base nos dados apurados, abordados neste relatório, conclui-se que mesmo com os bons resultados obtidos, considera-se que o retorno obtido por meio do preenchimento dos formulários de avaliação do evento é insuficiente para promover generalização de resultados. As avaliações trazidas pelos magistrados foram extremamente importantes, no entanto, o universo de dados não permite formular deliberações conclusivas sobre o desenvolvimento do evento.

É importante ressaltar que a finalidade da avaliação de reação é a busca pela melhoria do processo pedagógico, o retorno deve ser compreendido como aliado ao processo de formação e aperfeiçoamento do magistrado tal qual um instrumento para guiar e auxiliar na eficácia das ações educacionais futuras e, principalmente, ser compreendida como um processo vinculado às metas dos futuros cursos/eventos, no que diz respeito aos objetivos pretendidos, às aprendizagens desejáveis, à qualidade e à efetividade.

Cabe registrar que a partir do registro da satisfação/insatisfação ou opinião/sugestão dos cursistas, pode-se fazer vínculo de sua reação com a eficácia da ação educacional, trabalhando-se os pontos fracos para atingir as metas desejadas.

Finalizada a entrega dos ensaios, os magistrados receberam os certificados em 17 de maio de 2013.

Brasília-DF, 12 de abril de 2013.



Emília Maria Rodrigues da Silva

Coordenadoria de Pesquisa e Ensino

De acordo.



Benedito Eugênio de Almeida Siciliano

Secretário-Executivo